

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Cesar Souza Junior - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Reporta-se ao consumo de drogas em Santa Catarina.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Tece comentários sobre a aprovação do PL n. 0294.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, quero destacar, nesta manhã, as manchetes dos principais jornais deste país:

(Passa a ler.)

"Consumo de *crack* e cocaína no Brasil assombra o mundo.

Com 2,8 milhões de usuários, dos quais 45% experimentaram drogas antes dos 18 anos, país é o maior mercado mundial de *crack* e o segundo de cocaína."

Temos monitorado essas informações a partir da secretaria Nacional de Política sobre Drogas - Senad -, a própria Confederação Nacional dos Municípios do Brasil. E agora o levantamento feito pelo Instituto Nacional de Álcool e Drogas - Lenad - traz essas informações que nos levam a algumas reflexões nesta manhã.

De fato o Instituto Nacional coloca dados, após ouvir quatro mil pessoas, de 14 anos, em 149 municípios brasileiros. E as informações são assombrosas, como diz manchete do qual declino os dados nesta fala.

(Passa a ler.)

"Os resultados do estudo que tem o nome de Levantamento Nacional de Álcool e Drogas apontam ainda que o Brasil representa 20% do consumo mundial de *crack*. A cocaína fumada (*crack* e oxi) já foi usada pelo menos uma vez por 2,6 milhões de brasileiros, representando 1,4% dos adultos. Os adolescentes que experimentaram esse tipo da droga foram contabilizados em 150 mil, o equivalente a 1%.

De acordo com o relatório, cerca de 4% da população adulta brasileira, seis milhões de pessoas, experimentaram cocaína alguma vez na vida.

Entre os adolescentes - jovens de 14 a 18 anos -, 44 mil admitiram ter usado a droga, o equivalente a 3% desse público. Em 2011, 2,6 milhões de adultos e 244 mil adolescentes usaram cocaína.

O levantamento do Inpad revelou também que a cocaína usada via intranasal, cheirada, é a mais usada. Aproximadamente 5,6 milhões de pessoas a experimentaram na vida e somente no último ano 2,3 milhões fizeram uso. Entre os adolescentes o uso é

menor, sendo que 316 mil experimentaram durante a vida e 226 mil usaram no último ano.

A pesquisa também comparou o consumo de cocaína nas regiões brasileiras em 2011 e, infelizmente, no sul e sudeste está concentrado o maior número de usuários."

Esses dados que revelam essa triste manchete dão conta de que o Brasil é o maior mercado do mundo no consumo de *crack* e o segundo maior em cocaína e de fato vem ratificar o que já havíamos levantado no estado de Santa Catarina, através da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas. Chegamos aos dados de 700 mil usuários de álcool, sendo que 180 mil adolescentes, que cursam o ensino fundamental em Santa Catarina, fizeram o uso de drogas ilícitas. E o dado mais negativo e assombroso de todos é que há 50 mil usuários de *crack* em território catarinense.

O que faltou, talvez, no levantamento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas de Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas - Inpad - foi apurar quais as razões que levam o Brasil a esses dados tão negativos para nós. Quais foram as variantes que determinaram o consumo de *crack* e cocaína colocando o Brasil nessa primeira posição do mercado mundial.

E a secretaria da Segurança Pública em Santa Catarina, no ano passado, fez também um levantamento bastante preciso sobre a questão do consumo de drogas, principalmente na faixa etária entre 18 e 24 anos, e analisou algumas questões que nos levam também a refletir nesta amanhã.

Segundo pesquisa, 45% das pessoas experimentaram a droga antes dos 18 anos, 78% usam cocaína em pó, 17% consomem a droga fumada, *crack* oxi, e aspirada e 5% apenas fuma a droga. Isso nos leva a outras leituras dessa problemática no Brasil.

Eu mencionava os dados da secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina que mostram que no ano passado foram constatados 449 assassinatos de adolescentes envolvidos com drogas em Santa Catarina. E aí os técnicos da secretaria listaram quatro razões que levam os nossos

adolescentes e jovens ao uso das drogas ilícitas. Chamou-me a atenção porque esse levantamento não foi feito por religiosos e educadores, mas por técnicos da secretaria de Segurança Pública que analisaram as razões pelas quais em Santa Catarina há o uso também acentuado de *crack* e cocaína.

Dizem os técnicos da secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina que são quatro as razões que levam os nossos adolescentes e jovens ao caminho das drogas.

A primeira é o abandono. Boa parte desses jovens teve, por uma ou outra razão, questões de abandono no lar.

A segunda é educação deficiente. Inclusive, com a questão do êxodo escolar.

A terceira - e isso é muito forte - é a dissolução familiar. Nós, que acompanhamos a questão das drogas em Santa Catarina há muitos anos, desde que implantamos o CTV - Centro Terapêutico Vida -, uma casa para dependentes químicos na cidade de Blumenau e por onde já passaram mais de mil jovens, podemos dizer que de fato é constatada essa percepção de que a cada dez internos, pelo menos sete tiveram problemas de dissolução familiar: divórcio, ruptura no lar.

Há uma quarta razão levantada pelos técnicos, e que eu quero enfatizar nessa manhã. Os técnicos da secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina levantam como uma das razões também do encaminhamento dos nossos adolescentes e jovens ao mundo das drogas a perversão de princípios. Eu achei interessante isso, como disse, porque não são pessoas ligadas a qualquer agremiação religiosa, mas, sim, técnicos da secretaria de Segurança Pública dizendo que o uso do *crack*, da cocaína e da maconha em Santa Catarina é também fruto da perversão de princípios. E não há dúvida de que quando acabamos nos esquecendo de princípios, de valores e de perspectivas éticas, abrimos a porta para o mundo das drogas.

Lamentamos essa manchete dos jornais hoje em todo o país do consumo de *crack* e cocaína assombrando o mundo, com 2,8 milhões de usuários no país, lembrando que o país passa, então, a ter

essa marca negativa de ser no mercado mundial o primeiro no uso do *crack* e o segundo no uso da cocaína. Isso é lamentável, mas também nos leva, de forma determinada, a avançar cada vez mais em políticas públicas que possam harmonizar o estado e com as nossas organizações não governamentais na busca por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Sobre a mesa requerimento de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o uso da palavra na sessão plenária de 06/09/2012, no horário de Explicação Pessoal, pelo sr. Leonardo Bruno Pereira de Moraes, presidente do Centro Acadêmico de XI de Fevereiro - Caxif -, do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta Presidência gostaria de saber se os líderes concordam.

(Os líderes aquiescem.)

A Presidência suspende a presente sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero aqui também de público cumprimentar o curso da Faculdade de Direito, que é o curso mais velho de Santa Catarina e também o mais velho do Brasil.

A Faculdade de Direito sempre é a primeira, sempre é o curso precursor praticamente em todos os lugares, como foi aqui em Santa Catarina e como foi no Brasil.

Mas eu queria hoje me ater, sr. presidente, a um grande feito do governador e desta Casa, na aprovação do projeto de lei de origem governamental n. 294, justamente o projeto que permite ao governo de Santa Catarina apoiar novas iniciativas industriais, acrescentando outros incentivos àqueles que já existiam.

Como é de conhecimento de todos os catarinenses, ouvimos diariamente as notícias de

que Santa Catarina está diminuindo a sua arrecadação. Na verdade, a diminuição da arrecadação é relativa à previsão. Previa-se o incremento da arrecadação em torno de 13,5%, algo semelhante ao crescimento a que Santa Catarina vinha tendo nos últimos anos, que ficava em torno de 10% a 15% ao ano. Para este ano, o ideal seria que o crescimento fosse em torno de 13%, justamente para atender às várias intenções do governo, várias intenções da sociedade, de fazer investimento e também de honrar inúmeros compromissos, a começar pelos servidores, especialmente os servidores da educação, onde houve a aprovação de inúmeros projetos que redundam ou que culminam justamente no incremento do salário, no aumento dos valores repassados aos professores, e isso naturalmente depende da melhora da arrecadação.

Por isso, a previsão era em torno de 13,5%, e o que está ocorrendo é que esse crescimento ficou em torno de 7%, ou seja, a metade do que estava previsto. Mas mesmo assim temos que ficar contentes que afinal a arrecadação aumentou 7%. Ficou menor do que estava previsto, mas ainda é bem maior do que zero.

Mas o projeto n. 294 justamente prevê uma mudança, um acréscimo na Lei n. 13.992, que era a lei que institui o Pró-Emprego, que institui o incentivo dado a indústrias, ao crescimento das indústrias e ao surgimento de novas indústrias, através do qual o empresário usaria, ou usa, parte do ICMS para investir na própria empresa. E mais adiante, oito anos, dez anos, 15 anos depois, de acordo com o contrato por empresa, ele paga esse valor sem correção evidentemente e de forma parcelada.

Agora, a grande inovação é o Projeto de Lei n. 0294, aliás, a lei do Pró-Emprego já ficou igual no Brasil inteiro. Então, não existe nenhuma diferença de uma determinada empresa ir a São Paulo, Bahia, Pernambuco ou Santa Catarina, porque não há mais o atrativo, justamente porque a questão da guerra fiscal era muito nociva à nação.

O que Santa Catarina fez foi justamente dar mais alguns benefícios não em cima do ICMS, mas o governo ajudando, por exemplo, na doação de terrenos, em subvenção econômica, em consonância, naturalmente com a lei federal que permite a aquisição de terrenos, locação durante a fase pré-operacional e a realização de obras de infraestrutura, a construção ou ampliação de condomínios, distritos industriais, tecnológicos ou de doação, em parceria com os municípios, e execução de infraestrutura. Ou seja, o governo passaria então, além do incentivo que é dado, através do ICMS à lei do Pró-Emprego, a apoiar essas iniciativas empresariais com doação de terreno, com subvenção econômica, com construção e ampliação de alguns condomínios ou ainda com obras de infraestrutura. Com isso passaria a atrair inúmeros investimentos, principalmente no setor automotivo, aeronáutico, aeroespacial e de defesa.

Estão previstas agora recentemente a vinda para Santa Catarina de duas, três empresas do setor automotivo, e seguramente esse projeto, agora aprovado pela Assembleia, irá atrair, motivar, para que venham o quanto antes. E assim também virão outras.

O projeto condiciona ainda que o acesso aos benefícios que são cedidos pelo governo terá que ter um incremento na arrecadação, que seja pelo menos igual ou maior a esse valor existido, e esse incremento precisa acontecer no prazo mínimo de oito anos. Então, a proposta visa não somente à atração de novos investimentos para esses setores, como também torna o nosso estado mais competitivo, sem, contudo, comprometer as finanças públicas, porque nesse prazo de oito anos essa arrecadação que não temos agora terá que ser acrescida numa futura. Isso então irá melhorar a arrecadação da nossa economia, irá melhorar o nível tecnológico e, sem dúvida nenhuma, promover o desenvolvimento.

Então, o Brasil inteiro vive uma situação de guerra fiscal, pois cada estado, cada município depende grande parte de sua arrecadação, depende de investimentos e de iniciativas empresarias, quer dizer, cada município, cada estado procura

conceder algum incentivo para atrair essas empresas.

Assim, podemos dizer que num país de guerra fiscal precisamos guerrear, e é isso que o governador Raimundo fez apresentando a esta Casa um projeto inovador, um projeto diferente em nível de Brasil. E sem dúvida nenhuma esse projeto vai atrair, como disse, principalmente o setor automotivo e o setor aeronáutico, e aí já temos empresas previstas para chegarem a Santa Catarina que com certeza irão melhorar a nossa arrecadação.

Quero destacar aqui, por último, que a questão do IPI, por exemplo, quando o governo federal diminui o IPI sobre a linha branca e sobre os veículos, todos nós, toda a sociedade, passa a consumir mais, a comprar mais e, naturalmente, imagina-se que isso vai gerar um incremento na arrecadação. Mas devemos lembrar que parte do IPI são recursos do governo federal que redistribui para os municípios e para os estados, sendo que 21,5% do IPI são distribuídos aos estados para fazer o Fundo de Participação do Estado e 22% para o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, ou seja, quando o governo federal diminui o IPI, na verdade está diminuindo a receita dos estados e dos municípios e aí tanto o estado de Santa Catarina quanto os municípios precisam encontrar formas para compensar essa perda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros 14 minutos são destinados ao PSD.

(O partido desiste.)

Na desistência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PMDB, por 16 minutos.

(O partido desiste.)

Na desistência do PMDB, os próximos minutos são destinados ao PT, por 11 minutos.

(O partido desiste.)

Na desistência do PT, os próximos minutos são destinados PSDB, por sete minutos.

(O partido desiste.)

Na desistência do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PTB, por até cinco minutos.

(O partido desiste.)

Na ausência do PTB, os próximos minutos são destinados ao PP, por até sete minutos.

(O partido desiste.)

Portanto, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou despacho saneador ao Projeto de Lei Complementar n. 0005/2012, de autoria do Ministério Público.

A comissão de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0441/2012; 0507/2012 e 0591/2012, todos de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção de título.

A comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0202/2012, 0205/2012, 0210/2012, 0218/2012, 0235/1012, 0242/2012, 0244/2012, 0251/2012, 0279/2012, 0289/2012, 0297/2012, 0337/2012, 0350/2012, 0359/2012, 0396/2012, 0397/2012, 0416/2012, 0433/2012, 0438/2012, 0448/2012, 0453/2012, 0464/2012, 0492/2012, 0568/2012, 0581/2012, todos de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção de título de reconhecimento de utilidade pública.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0393/2012, de autoria da Deputada Ana Paula Lima, 0394/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0842/2012 e 0844/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, apelando pela implementação de políticas públicas eficientes e necessárias de enfrentamento à violência doméstica, no atendimento adequado, na proteção e na assistência

às vítimas, possibilitando a aplicação da Lei Maria de Penha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0068/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado aos secretários da Saúde, da Segurança Pública, da Assistência Social e da Justiça e Cidadania, solicitando informações referentes às ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 9 de outubro, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.